

EDUCAÇÃO PÚBLICA - Emancipatória e Reprodutiva -

Disciplina: Trabalho, Educação e Políticas Públicas

Carga horária: 45 horas (3 créditos)

Turma: Sexta-feira, 14h às 16h45

Professor: Pedro Demo

E-mail: pedrodemo@gmail.com

1. Ementa

Educação pública pode ser emancipatória. É mais facilmente reprodutiva. Desafio extremo de “equalizar oportunidades” – tendência a manter ou alargar privilégios. Direito de aprender – Aprendizagem autoral e decorrências. Aprender como autor, cientista, pesquisador, desde o pré-escolar. Questão neoliberal em educação: realidade (pobreza dos alunos); mitos e autodefesas (escola pública acobertada em sua inépcia). Diagnóstico precário e sempre evitado (avaliar para cuidar; quem mais detesta ser avaliado é o avaliador; Ideb – utilidade relativa e questionamentos). Educação e Direitos humanos: aproximações e distanciamentos. Educação emancipatória: propostas possíveis. “Recriação da Escola” (BNCC). Socioeducação e desafios emancipatórios.

2. Proposta do Curso

Como educação é política ambígua, é natural que tenha dinâmicas contraditórias, também cínicas. Contraditando a promessa clássica de emancipação, sob a égide de Paulo Freire, aparecem sempre propostas de educação privilegiada para privilegiados, ao lado de se manter uma “educação pública” para os pobres (pobre para os pobres), enquanto a elite tem sua escola própria: a privada (com cobertura em torno dos 20%). No espaço público há nichos privilegiados pequeno-burgueses, como a escola federal (cobre mais ou menos 1%) (Colégio de Aplicação, por exemplo, ou Colégio Militar, ou Pedro Segundo), que são, a rigor, espaços privatizados no interior da escola pública. “Equalização de oportunidades” está tão facilmente na boca dos educadores e políticos, quanto é abusada para acobertar vantagens, já que, se tomada a sério, implicaria “privilegiar” os mais pobres (como ocorre na cota): oferecer a mesma escola ou aula para os mais pobres, implica manter onde estão; para saírem da marginalização, eles precisam de chance específica, “privilegiada”, no jogo cínico de poder. Para terem “sua” chance, precisam de vantagem que retire o atraso, ou seja, uma oferta diferencial. Difícilmente seria pensável, mas há casos indicativos interessantes, como alunos privilegiados da UnB que oferecem cursos de vestibular gratuito para alunos marginalizados encararem o vestibular. É falso alegar que, fazendo o pobre e o nobre o mesmo vestibular, as chances são equitativas, já que os dois são frontalmente desiguais. A prova é a mesma, mas as condições dos alunos são iníquas.

Educação é uma dinâmica social enxarcada de **politicidade**, não havendo nisso nada de estranho, exceto nos discursos politiqueros em torno dela. Foucault dizia que todo discurso é um dispositivo político e colocou a escola no espaço das prisões; Althusser empurrou educação para o papel subserviente à “infraestrutura” (como “aparelho ideológico do Estado”) e isto apareceu no

texto clássico de Bourdieu & Passeron, cujo título é inequívoco: *A Reprodução*. No outro lado – emancipatório – está a proposta freireana: “ler a realidade” (“contraler”) para a transformar. Embora seja bem mais difícil erigir uma educação emancipatória do que as bravatas supõem, muitos temem precisamente esse efeito, como a proposta retrógrada da “escola sem partido” ou da “militarização das escolas”, que, não tendo jamais diagnosticado a escola minimamente, supõe que Paulo Freire seja o ideólogo perverso dela; na verdade, nunca morou lá, nem há como expulsar! Assim como seria uma temeridade colocar professores básicos para policiar ruas, é ainda mais grotesco colocar policiais para “disciplinar” escolas públicas.

Por ser educação uma complexidade política enorme, há muitos discursos sobre ela, também contraditórios. Um deles é de certa esquerda que, enaltecendo a esperança emancipatória, a banaliza como piquenique alegre, e acoberta suas mazelas, que são gritantes e mesmo perversas. É contra avaliações do tipo Ideb e similares (PISA), por vezes combatendo “avaliação por resultado”, ignorando que avaliação em educação só faz sentido se for pedagógica: avalia-se para cuidar, não para privatizar, humilhar, importunar, sob o compromisso de garantir ao estudante o direito de aprender. De fato, o Ideb é muito questionável, como todo sistema avaliativo de uma dinâmica tão qualitativa, reduzida a números. No entanto, toda avaliação é aproximativa, incompleta, somente sugestiva (ou indicativa), não só porque todo dado tem muito mais a cara de quem o fabricou, do que da realidade que deveria indicar, ou porque é um artefato político (como sugere Piketty), ou porque é um dispositivo de poder (Foucault), mas porque lida com referências muito controversas, como é “aprendizado adequado”, sobretudo quando quantificado. Mesmo assim pode ser útil, como são diagnósticos médicos: até câncer pode ter tratamento, se houver diagnóstico; este é sempre discutível, mas, sem ele, só há amorismo. O Ideb contempla apenas o lado “pedagógico”, sem se referir às condições socioeconômicas dos estudantes, o que reduz seu alcance.

Outro discurso, também de certa esquerda, toma a sério a miséria escolar pública, e tem longa história, desde Anísio Teixeira, passando por Paulo Freire, até hoje, lidando com diagnósticos possíveis, mesmo tão incompletos, voltados a “avaliar para cuidar” (Vasconcellos; Moll; Grossi). Há um espaço especialmente convulsionado, que é da avaliação escolar, porque espicaça sensibilidades agônicas, desde “culpar” o professor (é responsável, não culpado, e no contexto, não sozinho), até acobertar a miséria escolar, imaginando estar defendendo a escola pública. Os dados disponíveis indicam uma miséria avassaladora, mas é vista como resultado “neoliberal”, sem maior aprofundamento. Ignora que o neoliberalismo perdeu o interesse pela reprodução escolar, porquanto aluno que dá lucro é quem sabe matemática. “Resultado” interessa, embora seja instrumental à pedagogia. Avaliações externas (PISA, sobretudo) se tornaram abertamente neoliberais (só se interessam por produtividade e competitividade, como em Singapura e China, que possuem os primeiros lugares no ranking mundial) (Schleicher), ignorando a pedagogia como gracinha fútil de países atrasados. Os Estados Unidos adotaram este tipo de avaliação de modo muito fundamentalista, implicando privatizar escolas públicas (charter school – escola pública aberta oficialmente à gestão privada, com liberdade de agir para “sanear”; voucher school – financiamento público para alguém escolher a escola; home-schooling – escolarizar em casa, aparecendo o aluno na escola para as provas) (escola domiciliar foi defendida no governo Bolsonaro), demitir professores, usar filantropias para contrapor-se à escola pública (Lubienski & Lubienski), tornar educação parte da nova Guerra Fria, educação como indústria moderna (Verger et alii) etc. Os Estados Unidos, uma vez na liderança mundial da escola pública gratuita (no eco do New Deal), perderam a noção do valor da escola pública, minando também o Partido Democrata (Obama adotou a avaliação intempestiva dos conservadores).

Educação é terreno muito mais minado do que se supõe. Há experimentos importantes na escola pública brasileira, como no Ceará. No Ideb de 2021, dos 10 melhores municípios no país, nos Anos Iniciais, 8 são cearenses; nos Anos Finais, 7. Há crítica a tais resultados, sobretudo por

parte de uma esquerda que condena as avaliações, para acobertar o problema, em parte com razão (avaliações precisam sempre ser contestadas, também para que se mantenham para “cuidar”, não estigmatizar), em parte como acomodação pequeno-burguesa (não precisa da escola pública pobre, ou tem a federal). Alguns estados avançam nos AI, como Paraná, que teria um batalhão de municípios com desempenho muito elevado, embora caia fragorosamente nos AF (Demo). O “efeito desaprendizagem” é marca profunda da escolarização (Demo & Silva): aprende-se menos, à medida que se avança nas etapas. A passagem dos AI para os AF é desastrosa quase sempre, e no Ensino Médio, desempenho em matemática é facilmente residual. Avanços observados se restringem ainda aos Anos Iniciais (escola municipal; a escola estadual é a pior que temos). No Enem 2022, apenas 22 candidatos tiveram nota máxima em redação, dentre 2 milhões – ninguém sabe redigir, e não se toma qualquer providência.

Escola pública persiste como patrimônio da democracia e da república, embora não linearmente, porque educação é fenômeno complexo, também contraditório. A universidade pública é a cara disso: enquanto representa uma conquista importante para a sociedade, o acesso a ela é muito mais fácil para a elite, que a ocupa o quanto pode. É “pública e gratuita”, mas sobretudo seletiva, e muitos professores nela se incomodam por tais contradições, o que resultou nas “cotas”. Cuidar da elite numa instituição que se diz pública e gratuita é algo indigesto, mesmo que se tenha institucionalizado. No contexto da relação entre educação e Direitos Humanos, é pertinente questionar a relação simplória, bem como definir qual seria uma relação adequada e realista. “Cursos”, também de pós *lato sensu* sobre DH tendem a ser fúteis, porque são instrucionistas flagrantes, não provocando qualquer impacto em termos da “aprendizagem transformadora” (Mezirow; Taylor & Cranton). Esta relação com DH está muito banalizada, sendo o caso reconstruir a relação em termos, de direito e de fato, emancipatórios, o que implicaria outro tipo de “formação” (autoral, protagonista) (Demo).

Tema decisivo atual em educação é a **invasão digital**, sobretudo da Inteligência Artificial (IA), que promete a tudo convulsionar. Primeiro, proficiência digital já é necessidade inarredável das novas gerações, não sendo o caso apenas coibir, maldizer, lamentar. Segundo, a própria pandemia apressou procedimentos ditos “remotos” (virtuais), sobretudo videoaulas, indicando que, se for só para transmitir conteúdo, o computador é bem melhor que qualquer professor (em especial plataformas da IA). A imprescindibilidade do professor é maiêutica, formativa, mediadora. Terceiro, o uso predominante do digital é instrucionista (Reich; Daub; Hong), também puxado pela indústria da educação digitizada, um tormento para educadores. No entanto, é inconsequente supor que cursos ditos presenciais sejam melhores, por natureza, porque, quase sempre, são instrucionistas também: não cuidam da aprendizagem do estudante, fixando-se em repasse. Quarto, como o mundo digital chegou e não tem volta, o jeito é saber usar, sobretudo achar oportunidades de promover “autorias digitais”, multimodais, que aproveitam, entre outros fatores, a imagem (vídeo) como argumento, não só como ilustração. A Inteligência Artificial não substituiu a inteligência biológica, embora seja uso imaginar um conflito fatal entre elas, com vitória da digital (Tegmark; Metz; Gerrish & Scott; Crawford). Persiste o desafio de aprender como autor (Dehaene, 2020. Zhao).

3. Conteúdos frisados

Cinco desafios maiores:

i) estudar “**aprendizagem autoral**”, junto com propostas que acentuam “atividades de aprendizagem”, mais que atividades de ensino na escola e na universidade. Além da tradução maiêutica socrática, representada superlativamente por Paulo Freire, temos hoje aportes importantes da biologia e neurociência que frisam a necessidade de participação dos alunos, no

contexto da **aprendizagem como autoria**. As escolas são feitas para repassar conteúdo curricular e dele cuidam, sendo também o que se controla a partir das autoridades educacionais. Aprendizagem não é assegurada, o que reduz a escola ao rito vazio “instrucionista” (aula, prova, repasse);

ii) **diagnosticar a situação escolar**, dentro do princípio das políticas públicas de “*avaliar para cuidar*”, ou de que só mudamos o que diagnosticamos. Diagnósticos são sempre preliminares, incompletos, e produzem interpretações questionáveis derivadas de dados questionáveis. O uso do Ideb tem esta condição questionável naturalmente, já que todo dado é resultado de um processo também controverso de construção técnica, em parte porque depende de conceitos discutíveis, como o próprio “aprendizado adequado”. Ademais, o Ideb só contempla a parte pedagógica, deixando fora fatores fundamentais para o desempenho escolar como é a pobreza dos alunos, ao lado de questões neoliberais, infraestruturais, tecnológicas etc.;

iii) **socioeducação como política pública de resgate de adolescentes sob risco, vulneráveis (EJA, por exemplo), deficientes, e privados de liberdade pela justiça**: apreciação crítica e reconstrução da proposta em termos do PPGPPIJ;

iv) **cuidar da educação no mundo digital**: favas contadas para a nova geração, enquanto as anteriores lutam para digerir; é uma nova “alfabetização”, imprescindível para a vida, trabalho, interação social etc.; o espírito crítico não pode apenas maldizer; há que saber usar, para fins autorais formativos; parte crucial da indústria neoliberal em educação, pode nos trazer; cumpre saber reagir para a “educar” e transformar em chances de autorais emancipatórias.

v) **tentar propor alternativas de políticas públicas**, a partir do diagnóstico das atuais políticas. Se, por exemplo, transmitir conteúdo curricular não garante aprendizagem dos alunos, o que colocaríamos em seu lugar? Claramente, grande parte dos estudantes perde seu tempo na escola pública. E não há sinal de mudança, mesmo sob a exigência da BNCC de “recriar a escola”. Um dos desafios maiores é reinventar a **docência**, desde a formação universitária, considerada totalmente ultrapassada, além da valorização profissional. Professor, hoje, precisa ser “autor, cientista, pesquisador”, não apenas um ministrador de aula, em geral *copiada para ser copiada*;

4. Organização

- a) 5 encontros iniciais para trabalhar os 5 tópicos acima;
- b) depois disso: dividir os estudantes em 5 grupos iguais; cada grupo trabalha um dos 5 tópicos, agregando um texto coletivo de 5 páginas sobre o tópico;
- c) encontros reservados para discutir a proposta individual do ensaio final.

O ensaio final deve ter a seguinte estruturação:

- i) pode ser um tema – dentro da temática do curso – de interesse do estudante (também para sua dissertação);
- ii) conta principalmente a fundamentação teórica do tópico ensaiado;

5. Avaliação Final

Texto em grupo de 20 páginas, de até 3 membros.

Este texto tem o peso maior. Contam ainda frequência e o texto coletivo de 5 pg dos grupos de apresentação.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. 1980. Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado. Editorial Presença, Lisboa.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. 1975. A Reprodução - Elementos para uma teoria do sistema educativo. Francisco Alves, Rio de Janeiro.

- CRAWFORD, K. 2021. Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of Artificial Intelligence. Yale U. Press.
- DAUB, A. 2020. What tech calls *thinking*. FSG originals. Farrar, Straus and Giroux.
- DEHAENE, S. 2020. How we Learn: Why brains learn better than any machine... for Now. Penguin Books.
- DEMO, P. & SILVA, R.A. 2021. Efeito desaprendizagem na escola básica. Amazon - <https://drive.google.com/file/d/1jnLdc4Eie3zY0eDbmfMrz6Kac17kVqi0/view>
- DEMO, P. 2015. Aprender como Autor. Gen, São Paulo.
- DEMO, P. 2018. Atividades de aprendizagem – Sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante. SED/Gov. MS, Campo Grande - <https://drive.google.com/file/d/1FKskDCxNB422PVhrjrDjD48S4cjsb77-/view>
- DEMO, P. 2021. Formação de professores básicos na universidade – Indicações preliminares de um adestramento obsoleto - <https://pedrodemo.blogspot.com/2021/09/ensaio-681-formacao-de-professores.html>
- DEMO, P. 2022. Educação e(m) Direitos Humanos – questionar para defender - <https://pedrodemo.blogspot.com/2022/04/ensaio-788-educacao-em-direitos-humanos.html>
- DEMO, P. 2022. Lições paranaenses - <https://pedrodemo.blogspot.com/2022/09/ensaio-826-liceos-paranaenses.html>
- DEMO, P. 2023. Terrorismo Digital – Inteligência artificial como ameaça aos humanos - <https://pedrodemo.blogspot.com/2023/02/ensaio-914-terrorismo-digital.html>
- DEMO, P. 2023a. Desafios digitais da educação – Não só resistir, mas apropriar-se criticamente de autorias digitais - <https://www.blogger.com/blog/post/preview/7712651276173782002/8779924491057392409>
- ENEM 2022: veja análise de professores sobre redações nota mil na última edição – G1 – Educação - <https://g1.globo.com/educacao/enem/2022/noticia/2022/11/04/enem-2022-veja-a-analise-de-professores-sobre-redacoes-nota-mil-na-ultima-edicao.ghtml>
- FOUCAULT, M. 1971. A Arqueologia do Saber. Vozes, Petrópolis.
- FOUCAULT, M. 1977. Vigiar e punir - História da violência nas prisões. Vozes, Petrópolis.
- FOUCAULT, M. 2000. A Ordem do Discurso. Loyola, São Paulo.
- FOUCAULT, M. 2002. The order of things: An archaeology of the human sciences. Routledge.
- FREIRE, P. 1989. A Importância do ato de ler. Cortez, São Paulo - http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf
- FREIRE, P. 1993. Pedagogia da Esperança – Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FREIRE, P. 1997. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FREIRE, P. 2006. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- GERRISH, S. & SCOTT, K. 2018. How smart machines think. The MIT Press.
- GROSSI, E. P. 2004. Por aqui ainda há quem não aprende? Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- HONG, W-H. 2020. Technologies of Speculation: The limits of knowledge in a data-driven society. NYU Press.
- LUBIENSKI, C.A. & LUBIENSKI, S.T. 2013. The Public-School Advantage: Why Public Schools Outperform Private Schools. University of Chicago Press, Chicago.
- METZ, C. 2021. Genius Makers: The mavericks who brought AI to Google, Facebook, and the World. Dutton.
- MEZIRROW, J. & ASSOCIATES. 2000. Learning as Transformation – Critical perspectives on a theory in progress. Jossey-Bass, San Francisco.
- MOLL, J. 2015. Caminhos da educação integral no Brasil: Direito a outros tempos e espaços educativos. Penso.
- PIKETTY, T. 2022. A brief history of equality. Harvard U. Press.
- PIKETTY, T. 2022. Time for Socialism: Dispatches from a world on fire, 2016-2021. Yale U. Press.
- REICH, J. 2020. Failure to disrupt: Why technology alone can't transform education. Harvard U. Press.
- SANTOS, A.C.A. 2021. "Socioeducação" – Colocando o conceito entre aspas. Appris.
- SERRES, M. 2013. Polegarzinha. Bertrand do Brasil
- SCHLEICHER, A. 2019. PISA 2018 – Insights and Interpretations. OECD. OECD Publishing, Paris – <https://www.oecd.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf>
- TAYLOR, E.W., CRANTON, P. & Associates. 2012. The Handbook of Transformative Learning – Theory, research, and practice. Jossey-Bass, San Francisco.
- TEGMARK, M. 2017. Life 3.0: Being human in the age of artificial intelligence. Knopf. N.Y.
- VASCONCELLOS, C. 2010. Avaliação: Concepção dialético-libertadora do processo de avaliação. Libertad.
- VERGER, A. & LUBIENSKI, C., STEINER-KHAMSI, G. (Eds.). 2016. World Yearbook of Education 2016: The global education industry. Routledge, London.
- ZHAO, Y. 2018. What works may hurt – Side effects in education. Teachers College Press.
- ZHAO, Y. 2021. Learners without borders: new learning pathways for all students. Corwin.

Ver no blog: ensaio 881-912 (realce para os 5 primeiros, e o 28 – DF).